

O campo

O modelo agrário e o agronegócio no Brasil e o mercado internacional de commodities na visão de João Pedro Stedile, Sérgio Sauer e Elias Jabbour.



Armando Boito e a frente política neodesenvolvimentista; resumo da monografia de Camila Siqueira de Souza; FPO e o debate "Zumbi e Porto Maravilha"

Editorial

O campo brasileiro

■ O debate sobre o modelo agrário brasileiro e a reforma agrária parece ter saído de pauta e estar relegado à condição de “nota de rodapé” de discussões em voga, como a desindustrialização e a crise econômica mundial. O Conselho Editorial do JE propõe com esta edição reavivar a reflexão sobre o modelo que impera no campo no Brasil.

O bloco temático começa com um artigo de Sérgio Sauer, da UnB, que situa historicamente a origem da concentração fundiária no país. A ocupação foi baseada na expropriação das terras dos povos originários e no regime das Sesmarias, que permitia à Coroa portuguesa ceder terras a apadrinhados. A concentração consolidou-se através de políticas públicas dos governos pós-1964. O resultado, segundo o Censo de 2006: 2.477.071 pequenos estabelecimentos (quase 48% do total) detêm só 2,36% das terras; 46.911 grandes proprietários (0,91%) detêm 45%.

O economista João Pedro Stedile, do MST, aponta em entrevista a mudança do perfil dos controladores dos latifúndios. O fazendeiro, latifundiário atrasado, deu lugar a grandes empresas transnacionais, corporações articuladas com o capital internacional, inclusive o financeiro. A repressão ao MST sofisticou-se: a pistolagem deu lugar à ação do poder judiciário, respaldada pelos grupos de mídias afinados com a classe dominante.

Elias Jabbour, especialista em China, afirma em artigo que a propalada desaceleração chinesa não afetará, em médio e longo prazos, a demanda por commodities. O governo prevê que 100 milhões de chineses vão migrar do campo para grandes centros urbanos até 2020 e que haverá uma mudança dos hábitos de consumo no país, com o aumento do peso das proteínas na cesta de alimentação.

Fora do bloco temático, artigo de Armando Boito Jr., da Unicamp, aponta a existência de uma “frente política neodesenvolvimentista” em prol do crescimento econômico e de uma (moderada) distribuição da renda, que serve como base de sustentação das administrações Lula/Dilma. Trata-se de uma articulação entre setores da burguesia interna e das classes populares.

Na sequência, publicamos um resumo da monografia de Camila Siqueira de Souza, graduada pela UFF, trabalho segundo colocado no 2º Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado.

Já o artigo do Fórum Popular do Orçamento resume o debate “Zumbi e Porto Maravilha: passado, presente e futuro”, motivado pelo Dia da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro.

SUMÁRIO

- 3 Campo
Sérgio Sauer
Modelo agrário e agropecuário brasileiro: processo histórico de expropriação das terras e concentração das riquezas
- 5 Entrevista: João Pedro Stedile
“Agora quem domina o campo é o capital moderno, estrangeiro, as corporações, os bancos. As formas de repressão mudaram. Agora eles reprimem pela imprensa e pelo poder judiciário.”
- 8 Campo
Elias Jabbour
O Brasil, a China e as commodities
- 10 Política
Armando Boito Jr.
A frente política neodesenvolvimentista
- 12 Prêmio de Monografia
Camila Siqueira de Souza
Investimento direto brasileiro no exterior: a experiência recente em perspectiva comparada com China e Índia
- 14 Fórum Popular do Orçamento
Zumbi e Porto Maravilha: passado, presente e futuro
- 16 Economistas fluminenses elegem novos conselheiros e delegados
Balanco Patrimonial

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Edson Peterli Guimarães, José Ricardo de Moraes Lopes, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Sidney Pascounto da Rocha, Gilberto Caputo Santos, Marcelo Pereira Fernandes, Paulo Gonzaga Mibielli e Gisele Rodrigues • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 9662-4414) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900

Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106

Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br

Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Sidney Pascounto da Rocha **Conselheiros Efetivos:** 1º Terço: (2011-2013): Arthur Câmara Cardozo, Renato El-

man, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2012 a 2014): Gilberto Caputo Santos, Edson Peterli Guimarães, Jorge de Oliveira Camargo – 3º terço (2010-2012): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascounto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço: (2011-2013): Eduardo Kaplan Barbosa, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Marcelo Pereira Fernandes – 2º terço: (2012-2014): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antônio Pinho Bruno – 3º terço: (2010-2012): Ângela Maria de Lemos Gelli, José Ricardo de Moraes Lopes, Marcelo Jorge de Paula Paixão.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535 **Telefax:** (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2011/2014

Coordenação de Assuntos Institucionais: Sidney Pascounto da Rocha (Coordenador Geral), Antonio Melki Júnior e Wellington Leonardo da Silva

Coordenação de Relações Sindicais: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos e João Manoel Gonçalves Barbosa

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antônio Lutterbach Soares e José Jannotti Viegas

Conselho Fiscal: Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

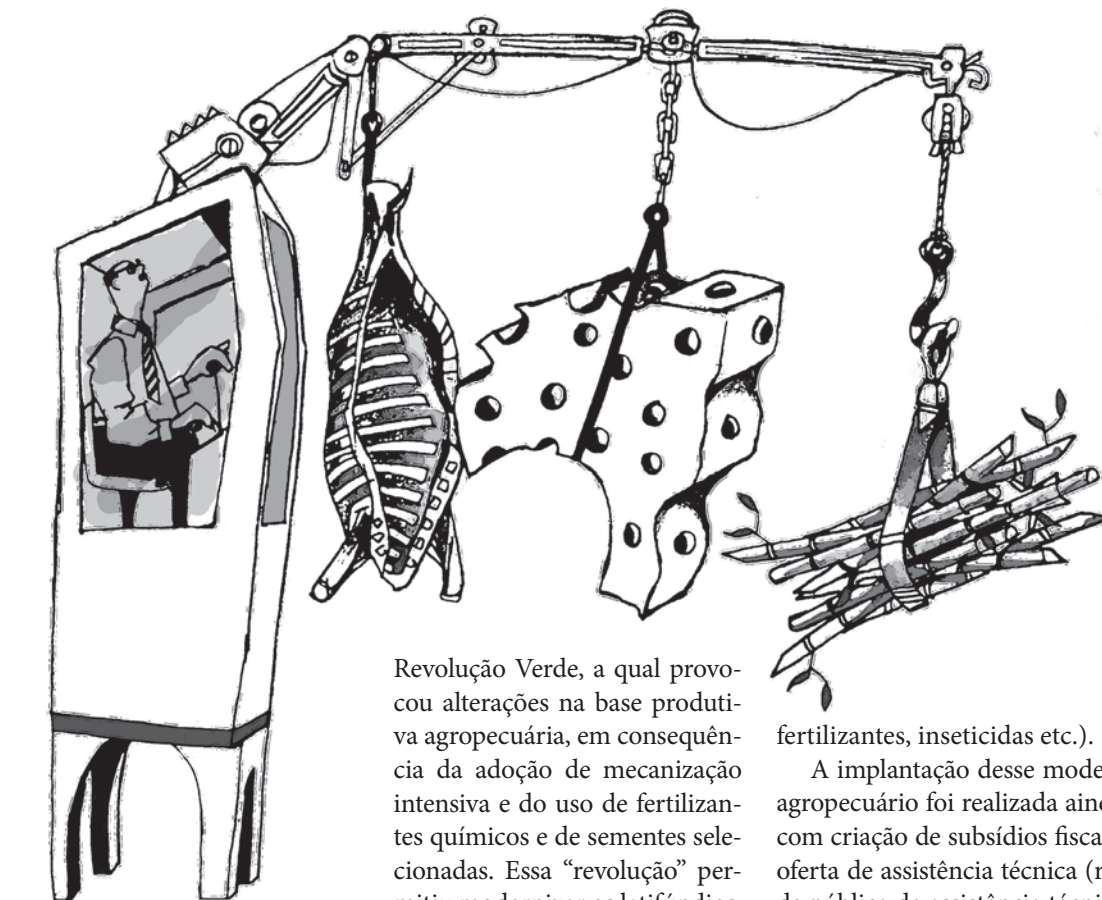
Modelo agrário e agropecuário brasileiro: processo histórico de expropriação das terras e concentração das riquezas

■ Sérgio Sauer*

Análises do atual modelo agrário e agropecuário devem, necessariamente, incluir o processo histórico de ocupação das terras no Brasil. Essa ocupação foi baseada na apropriação de grandes áreas, especialmente através da expropriação dos povos originários. Essa expropriação não é só parte do passado, pois continua sendo a principal causa do *etnocídio* a que estão submetidos os povos indígenas, com especial destaque à contínua destruição e morte dos Guaranis Kaiowas, no Mato Grosso do Sul.

Consequentemente, o modelo agropecuário e agrário é resultado de um longo processo de expropriação e concentração da terra e das riquezas no país, que teve início com as famosas Capitânicas Hereditárias, mas especialmente com a apropriação de terras no regime de Sesmarias. Esse sistema permitia à Coroa portuguesa ceder terras aos seus apadrinhados, com a única exigência de que as mesmas fossem tornadas produtivas (produção de alimentos). Isso, em muitos casos, não ocorreu, mas possibilitou a apropriação de grandes glebas, formando a base do modelo agrário latifundista no Brasil.

O sistema sesmarial, em meados do século XIX, foi substituído pela compra como único mecanismo legal de acesso a terras públicas. A criação da Lei de Terras, em 1850, antecedeu a abolição da escravidão de 1888.



Consequentemente, ao serem libertos, os escravos não tiveram acesso à terra, sendo forçados a se empregar nas fazendas ou migrar para as cidades. Podemos afirmar que a concentração da terra e os consequentes privilégios políticos de poucos estão na raiz dos conflitos no campo e na própria constituição do Estado republicano brasileiro.

O modelo agrário, baseado na concentração da propriedade da terra, se manteve ao longo do século XX, sendo base do processo produtivo no campo ainda hoje. Houve uma mudança significativa a partir dos 1960, com a implantação da chamada

Revolução Verde, a qual provocou alterações na base produtiva agropecuária, em consequência da adoção de mecanização intensiva e do uso de fertilizantes químicos e de sementes selecionadas. Essa “revolução” permitiu modernizar os latifúndios, baseando a produção em grandes extensões de terras (e não na democratização da propriedade fundiária), renovando o caráter conservador do modelo agrário e agropecuário brasileiro.

Os governos ditatoriais pós-1964 implantaram mudanças na base produtiva agropecuária, promovendo uma modernização dos latifúndios, utilizando como principal instrumento o crédito subsidiado. Foram alocados grandes somas de recursos financeiros, a juros baixos, para capitalizar os grandes proprietários, possibilitando investimentos pesados em máquinas e insumos modernos (sementes,

fertilizantes, inseticidas etc.).

A implantação desse modelo agropecuário foi realizada ainda com criação de subsídios fiscais, oferta de assistência técnica (rede pública de assistência técnica e extensão rural) e promoção de pesquisas (instalação e destinação de recursos para a rede pública de pesquisa) e ensino com a criação de cursos universitários e técnicos (universidades públicas e escolas técnicas). Recursos públicos estavam direcionados ao financiamento de pesquisas e a disseminação do pacote tecnológico baseado na lógica da produção monocultora em grandes extensões de terra.

Este processo de modernização agropecuária teve dupla função econômica, ou seja, aumentou a produção e a produtividade no campo e, ao mesmo tempo, criou um mercado

consumidor de máquinas e insumos, aquecendo a indústria. Houve um aumento significativo da produtividade de grãos no Centro-Sul, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, e um incremento da indústria de máquinas e insumos agrícolas. Essa adoção do “pacote tecnológico”, baseado na produção em grandes extensões monocultoras, no entanto, manteve e aprofundou a concentração da propriedade da terra no Brasil.

Associado aos incentivos para a modernização conservadora e à repressão política, os governos ditatoriais pós-1964 criaram o Estatuto da Terra para institucionalizar os processos de desapropriação de terras e os projetos de colonização. Desapropriações foram feitas apenas em algumas áreas de conflito, porque a ênfase das políticas governamentais eram os projetos de colonização, possibilitando a ocupação de terras nas fronteiras agrícolas. Inicialmente, a combinação de repressão e incentivos para a ocupação de novas terras enfraqueceu demandas sociais por reforma agrária, permitindo um maior controle social e político dos movimentos e entidades sindicais do campo.

Os projetos de colonização, incentivados por propaganda e recursos governamentais, no entanto, não resolveram o problema. O país assistiu a um deslocamento de milhões de famílias, principalmente nordestinas e sulistas, em direção às regiões Centro Oeste e Norte (Amazônia). A falta de políticas de assistência governamental, associada ao ambiente desconhecido das frentes de colonização, fez surgir novos focos de conflitos e disputas por terra, aumentando a violência no campo.

A abertura de novas fronteiras na Amazônia não se deu apenas através da destinação de glebas para famílias pobres do Sul e do Nordeste. Na verdade, os incentivos governamentais

financiaram a apropriação de grandes áreas por parte de empresas urbanas e grandes proprietários do Centro-Sul. Além de investimentos em infraestrutura (especialmente na abertura de estradas), incentivos fiscais tornaram rentável a compra de grandes extensões de terras por empresários urbanos, materializando uma “aliança militar-latifundista”, nos termos de José de Souza Martins.

Incentivos fiscais eram o principal veículo na concessão de subsídios para a compra de grandes extensões de terras nas Regiões Norte e Centro Oeste. Aquisições de terra – quando não griladas, as terras eram compradas por preços irrisórios ou mesmo o acesso era via concessões públicas – eram incentivadas através de renúncia fiscal do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda das empresas e empresários urbanos. Estes investidores obtinham ainda crédito subsidiado para fazer “investimentos produtivos” como, por exemplo, o desmatamento para o plantio de pastagem e criação de gado.

Consequentemente, o atual modelo agrário e agropecuário, baseado na concentração da propriedade da terra, é fruto de políticas públicas, promovidas pelos governos federais pós-1964, que disponibilizaram recursos, especialmente crédito rural subsidiado. Esse modelo foi financiado com recursos públicos, especialmente a partir dos anos 1960, os quais possibilitaram a implantação da Revolução Verde e incentivaram a expansão das fronteiras agrícolas e o aprofundamento da concentração da terra.

Os altos níveis de concentração da propriedade fundiária são confirmados a cada Censo Agropecuário, o qual o Instituto Brasileiro de Geografia e Esta-



tística (IBGE) realiza a cada dez anos. Segundo dados do último Censo, de 2006, os 2.477.071 pequenos estabelecimentos (quase 48% do número total), com áreas de 10 hectares ou menos, detêm apenas 2,36% das terras. Na outra ponta do espectro fundiário, os grandes, com áreas superiores a mil hectares, somam apenas 46.911 estabelecimentos (0,91% do número total), mas detêm 45% de todas as terras.

Mesmo tomando os parâmetros, definidos em lei, para a agricultura familiar (e não apenas o tamanho dos estabelecimentos), a concentração fundiária se mantém. Ainda segundo o Censo Agropecuário, 84,4% dos estabelecimentos (total de 4.367.902) são classificados como familiares, detendo apenas 24,3% das terras (80.250.453 hectares). No entanto, os estabelecimentos não familiares (com grandes áreas, por exemplo) representam apenas 15,6% do total (807.587 estabelecimentos), mas detêm 75,7% das terras (249.690.940 hectares). Mesmo assim, esses estabelecimentos familiares são os principais responsáveis pela segurança alimentar do Brasil. Em 2006, esses produzem 87% da mandioca e de 70% da produção de feijão, apenas para citar dois dos principais componentes da alimentação brasileira.

Por outro lado, o modelo agropecuário brasileiro sempre teve a exportação e o mercado externo como objetivos centrais.

Se, de um lado, houve contribuições econômicas para o equilíbrio da balança comercial, colocando o país como um dos principais fornecedores mundiais de matérias primas, de outro, está ocorrendo um processo de reprimarização da economia, o que coloca sérios questionamentos sobre possibilidades econômicas de manter a lógica ou perspectivas de crescimento.

É importante ter claro ainda que a contribuição econômica do modelo gera um alto custo público, ou seja, é preciso contabilizar gastos financiados pelo conjunto da sociedade. As políticas de incentivo à exportação, por exemplo, são baseadas em renúncias fiscais (isenções, redução de tarifas e alíquotas) como, por exemplo, a suspensão de contribuição de PIS/Cofins de produtos agropecuários e da comercialização de fertilizantes e insumos agrícolas, bem como a isenção de ICMS nas exportações.

Outro aspecto que deve ser contabilizado no atual modelo é a total ineficiência histórica na cobrança de tributos territoriais. O Imposto Territorial Rural (ITR) foi modificado em 1996, para desestimular o uso especulativo e a improdutividade das terras. No entanto, a arrecadação do ITR foi historicamente irrisória, pois o volume anual nunca passou de 0,2% da arrecadação federal (dados de 1996), declinando para 0,11%, em 2004. A arrecadação deve ter caído ainda mais a partir de 2005, quando a responsabilidade de arrecadação do ITR foi transferida para os municípios. Em outros termos, não há tributos sobre a propriedade da terra no Brasil, tornando a especulação um negócio atrativo e reforçando a concentração da propriedade da terra.

* Sérgio Sauer é sociólogo, professor da Universidade de Brasília (FUP/UnB) e relator do Direito Humano à Terra, Território e Alimentação da Plataforma DhESCA Brasil.

Entrevista: João Pedro Stedile

“Agora quem domina o campo é o capital moderno, estrangeiro, as corporações, os bancos. As formas de repressão mudaram. Agora eles reprimem pela imprensa e pelo poder judiciário.”

João Pedro Stedile é fundador e um dos principais integrantes da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Formou-se em Economia pela PUC-RS e tem pós-graduação pela Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM). Na década de 1970, militou ativamente na Comissão Pastoral da Terra até a fundação do MST, em 1979, em plena ditadura militar. Na entrevista, Stedile critica o agronegócio, explica o modelo agrário que o MST propõe para o país e denuncia a criminalização do movimento dos sem terra pela mídia.



P: Os defensores do agronegócio brasileiro exaltam a produtividade do setor e o impacto positivo na balança comercial e nos preços internos de alimentos. Como você avalia o modelo agrário predominante no Brasil e que consequência ele acarreta para a sociedade brasileira?

R: O agronegócio é o modelo de produção agrícola dominado pela atual fase do capitalismo internacional. Ou seja, é a forma do capital financeiro e das empresas transnacionais dominarem nossos recursos naturais, a terra, a água, as sementes, e imporem a produção apenas das mercadorias agrícolas que interessam ao mercado mundial. **Hoje, 85% da produção agrícola brasileira é dominada por 20 mil fazendeiros e 50 empresas. E 80% de todas as terras e recursos naturais se de-**

dicam a produzir apenas soja, milho, cana e gado bovino.

Na prática, é a plantation moderna, é a recolonização de nossa economia agrária pelos interesses estrangeiros. Dá lucro para alguns, mas é uma afronta aos interesses nacionais e é um desperdício para a sociedade, que perde a utilização de todo nosso potencial econômico agrícola que poderia ser utilizado para resolver nossos problemas sociais.

Por isso, a sociedade brasileira continua cada vez mais desigual e injusta.

P: Alguns economistas e outros pensadores dizem que o momento da reforma agrária no país era nos anos 1960 e, por-

tanto, já teria passado. Por que o Brasil deve fazer um reforma agrária? Que benefícios essa reforma traria para a sociedade brasileira como um todo?

R: A reforma agrária proposta na década de 60 era a reforma agrária clássica, o que significa distribuir terras para formar uma base social de camponato vinculado e subordinado ao capitalismo industrial. Como a atual fase do capitalismo não é mais industrial, perdeu-se a necessidade do capital e de sua classe de fazerem a reforma agrária, como aconteceu na maioria dos países do hemisfério norte. Na prática, naquela época, houve uma aliança da burguesia industrial com o camponato contra a oligarquia rural, para desenvolver o mercado interno industrial. Essa era a proposta do Celso Furtado aqui no Brasil na década

de 60. Fomos derrotados.

E aquele tipo de reforma agrária perdeu o sentido não porque os camponeses não precisam mais de terra, mas porque **a classe dominante agora tem outros interesses e o centro de acumulação de capital está no capital financeiro e nas corporações internacionais, que acumulam e ganham dinheiro controlando o mercado mundial e especulando com o oligopólio dos preços das mercadorias agrícolas.**

P: Que modelo agrário o MST propõe para o Brasil? O grande negócio pode conviver com a pequena propriedade ou deve desaparecer?

R: Nós, do MST e da Via Camponata Mundial, defendemos outro modelo de produção

agrícola, que em alguns lugares é chamado de via campestina, agricultura familiar, e nós do MST chamamos de reforma agrária popular. Isso significa que você precisa reorganizar não só a propriedade da terra, democratizando-a, mas também reorganizar a produção agrícola, priorizando a produção de alimentos, e não apenas de commodities. Priorizando a produção de alimentos saudáveis e, portanto, adotando uma matriz tecnológica baseada na agroecologia, sem uso de agrotóxicos e respeitando o equilíbrio com o meio ambiente. Democratizando a instalação de pequenas e médias agroindústrias na forma de cooperativas, e democratizando também a educação no meio rural, além de defender os hábitos alimentares adequados ao bioma e ao meio ambiente em que as populações vivem.

P: É correta a percepção de que a discussão da reforma agrária saiu da pauta nacional? Como você avalia o apoio da opinião pública à reforma agrária?

R: Claro que saiu da pauta nacional. Porque a burguesia subordinada aos interesses do capital estrangeiro e financeiro, que controla os meios de comunicação social do país, não tem interesse em divulgar a luta dos camponeses. A luta por um novo modelo. Porque agora a luta pela reforma agrária não é apenas uma luta contra a oligarquia rural. É uma luta de classe contra o capital estrangeiro, suas empresas internacionais e contra o capital financeiro. Então eles escondem essa luta para não evidenciá-la ou potencializá-la.

Não existe opinião pública como posição de classe, o que

existe no Brasil, como diz meu amigo Fernando Morais, é a opinião “publicada”. E a opinião publicada neste momento é a posição hegemônica das classes dominantes brasileiras.

P: Nos governos Lula e Dilma, houve avanços na concessão de benefícios e melhorias para os pequenos agricultores engajados com o MST e outras organizações que lutam pela reforma agrária? Essas benesses contribuíram para o arrefecimento da militância pela causa?

R: Os governos Lula e Dilma são governos de composição de classe. Não são governos de esquerda ou populares, como eles mesmos reconhecem. Ou seja, são governos que expressam uma frente política de classes. E que se sustentam majoritariamente com amplo apoio da população, porque dentro deles estão representadas todas as classes.

Diante dessa natureza, as políticas públicas se concentram sempre em dar concessões a esses ou aqueles interesses de classe. Sem, no entanto, representar derrotas para as classes.

Então, **o governo aplicou políticas públicas que favorecem o agronegócio, o etanol e as corporações internacionais, mas também tem políticas públicas que interessam ao campesinato pobre, aos agricultores familiares etc. Eu destacaria que as principais políticas públicas que interessaram nesse momento aos pequenos agricultores foram o fortalecimento da Conab e, para as compras de alimentos, a determinação de que 30%**



da merenda escolar seja de origem da agricultura familiar.

P: Na prática, e tendo em vista as correlações políticas concretas, o que o governo federal poderia fazer hoje em prol da causa do MST?

R: O MST não foi beneficiado por nenhuma política do governo Lula e Dilma, porque a nossa demanda de uma reforma agrária popular exige mudanças estruturais, que esse tipo de governo de composição não tem condições políticas de realizar. Precisamos ter claro que nossas bandeiras somente se realizarão quando houver uma nova correlação de forças na sociedade, determinada pela reascensão do movimento de massas e, sobretudo, por uma nova postura da classe trabalhadora urbana como um todo.

A reforma agrária e as mudanças que defendemos para a agricultura brasileira dependem de um projeto popular de país, que somente uma grande aliança da classe trabalhadora urbana pode viabilizar. Portanto, a reforma agrária popular hoje depende fundamentalmente de toda classe trabalhadora e não apenas das lutas específicas

do MST. Por isso que, por mais que lutemos, como MST, ainda é insuficiente. Porque agora dependemos da força de toda classe para enfrentar a enorme força do capital estrangeiro e dos fazendeiros a ele vinculados.

P: A violência no campo aumentou ou diminuiu nos últimos anos? A pistolagem dos latifundiários continua a agir livremente ou é reprimida pelas polícias?

R: A violência física de torturas e assassinatos diminuiu. Isso é decorrência não de um movimento de maior democratização da sociedade. É que mudou a classe dominante no campo. Quem praticava a violência física para impor sua vontade política era o latifúndio atrasado. Agora quem domina o campo é o capital moderno, estrangeiro, as corporações, os bancos. Portanto, agora as formas de repressão mudaram. Agora eles reprimem pela imprensa e pelo poder judiciário, criminalizando toda luta social, fazendo campanha permanente de que os lutadores sociais são atrasados etc.

P: Do ponto de vista ecológico, por que a pequena propriedade

é melhor do que o latifúndio?

R: O agronegócio é destruidor do meio ambiente. Ele só consegue produzir na base da monocultura e a monocultura é a destruição da biodiversidade da natureza, e isso é o que provoca o desequilíbrio do meio ambiente e alterações climáticas. Pois eles querem apenas soja, milho, pasto. E todas as demais formas de vida são destruídas. Usam de forma intensiva os venenos, que matam. Matam os seres vivos e matam as pessoas.

A única forma de produzir alimentos de forma saudável é pela agroecologia, que usa novas técnicas e muita mão de obra. E isso o agronegócio não tem e não quer. Por isso, no futuro, toda a agricultura moderna será feita com base em agroecologia e com pequenos agricultores. Podem anotar.

P: A mídia atribui ao MST práticas de ação violentas. Como você responde a essas acusações?

R: Foi o que respondi antes. **A mídia hoje é o tribunal inquisitório moderno. Eles julgam e condenam, sem direito a defesa, todos os que lutam na sociedade brasileira. Por isso, qualquer luta social será estigmatizada por eles como violenta, terrorista etc.** É o papel deles.

Mas, no futuro, algum dia a sociedade brasileira terá uma imprensa controlada por mecanismos democráticos, e não apenas como fonte de lucro e manipulação ideológica. No caso da mídia brasileira, ela é hoje também o principal partido ideológico da direita e da classe dominante.

Uma pena que os partidos de esquerda não se deram conta, ainda, de que esse é o principal inimigo ideológico de classe. Vejam as dificuldades que temos de seguir construindo meios de comunicação populares. Infelizmente, a esquerda e suas organizações não dão o peso necessário e seguem iludidas assinando os jornais, revistas e assistindo à televisão deles.

P: Como você avalia as experiências da reforma agrária na América Latina? Que países apresentam os melhores modelos agrários e quais são os piores?

R: Toda a América Latina, com exceção de Cuba, está enfrentando o mesmo problema que estamos enfrentando no Brasil. A luta política, econômica e ideológica contra o agronegócio. E lutando para tentar construir um modelo alternativo. Mesmo onde temos governos mais de esquerda, eles ain-

da não conseguiram derrotar o poder do capital no campo, para poder construir um novo modelo de agricultura. Estamos em plena luta de classes no campo, em todo continente.

A nossa sorte é que a natureza e a saúde pública estão do nosso lado. Pois o modelo do capital altera o clima, destrói a natureza, a biodiversidade e gera câncer e outras enfermidades com seus alimentos contaminados. E isso vai provocar um nível de consciência maior da sociedade urbana, em defesa de um novo modelo de agricultura.

P: Quais são as perspectivas do MST para os próximos anos?

R: Estamos em plena preparação de nosso congresso nacional que se realizará em 2013. Estamos fazendo um amplo balanço em nossas bases. Mas, como disse antes, as perspectivas do MST não dependem mais dele, mas de como se comportará a classe trabalhadora brasileira. E por isso **precisamos que num próximo período histórico haja uma mobilização do movimento de massa, um novo ciclo de debates da necessidade de um projeto nacional, mas agora defendido pelas classes populares, para podermos juntos enfrentar os inimigos comuns, que hoje são o capital financeiro, as corporações transnacionais e os grandes grupos capitalistas brasileiros a eles subordinados.**

E tenho certeza de que, em algum momento do futuro da nossa história, criaremos essas condições de enfrentamento e de vitória do povo brasileiro.



O Brasil, a China e as commodities



■ Elias Jabbour*

Não é injustificada a preocupação crescente com o comportamento dos preços das commodities, principalmente no Brasil. Sabe-se que atualmente a agricultura responde por mais de um quarto do nosso PIB e é responsável por cerca de 30 milhões de empregos.

Trata-se de uma realidade que muitos insistem em observar de forma ideologizada e tacanha. Exemplo disso foi a discussão em torno do novo Código Florestal, na qual o foco foi totalmente desviado, reduzindo o problema a uma questão moral, pura e simplesmente. O debate demanda outro nível de discussão que envolveria a rela-

ção entre a necessidade de defesa de nossa agricultura diante da agressiva política de subsídio aos agricultores nos países centrais e a cada vez maior dependência brasileira da exportação de commodities diante de um quadro de um amplo recuo da participação da indústria no PIB, que chegou ao menor índice desde a década de 1950.

Diante da realidade de um país em processo de reprimarização de sua pauta de exportações é que devemos iniciar esta discussão dos efeitos sobre o Brasil da oscilação dos preços das commodities no mercado internacional. Mais do que isso, é importante situar esse processo partindo de algumas tendências, entre elas: 1) o apro-

fundamento da tendência de deteriorização dos preços de troca em um ambiente onde existe de fato um amplo mercado para nossos produtos (China); 2) o papel do mercado de preços futuros; e 3) a formação de amplos oligopsônios internacionais sob o rótulo de *traders*.

Sobre a relevância cumprida tanto pelo mercado de preços futuros como pelos *traders* não restam dúvidas acerca da capacidade, por parte desses agentes, de inflacionar preços. A especulação é um fenômeno objetivo e que opera sob tendências, também, objetivas. Como em tudo na esfera da economia, o mercado e, respectivamente, a lei da oferta e da procura são cada vez mais parte

de um passado que na atualidade só existe vivo nas hostes do ultraliberalismo anticientífico. No caso do preço das commodities, a existência de amplos mercados em expansão (China e Índia, por exemplo) acrescida de fenômenos climáticos, por si, já se constituem num relevo para a especulação e a oligopsonização.

Nesse sentido, é importante neste momento nos atermos ao que vem da China, ainda mais diante de uma realidade que adentra um processo de transição com amplos impactos no mundo. De forma mais específica, cabe a pergunta: qual o papel da China na oscilação dos preços das commodities e quais os impactos da demanda

do gigante asiático à agricultura brasileira?

De imediato, sugiro calma diante dessa chamada desaceleração chinesa. É fato que os chineses não crescerão mais da forma que cresceram até a eclosão da crise. Mas isso não significa que a demanda chinesa por commodities deverá diminuir no médio e longo prazo. Para o Plano Quinquenal em execução (2011-2015), a expectativa de crescimento é de 7%, sendo que no presente ano será de 7,5%. Essa “desaceleração” nada mais é do que uma transição de um crescimento de tipo quantitativo para outro qualitativo e mais baseado em setores industriais de alta tecnologia, no consumo popular e principalmente na planificação de uma urbanização que incorporará cerca de 100 milhões de chineses em grandes centros urbanos até o ano de 2020.

Dois fatores internos a essa rápida urbanização merecem atenção. O primeiro é baseado na mudança dos hábitos de consumo. Serão 100 milhões de pessoas que deverão aumentar o peso das proteínas em sua cesta diária de alimentação. Prevê-se que em 2015 o consumo médio de carne bovina deverá atingir 10 quilos per capita, sendo que o atual é de 6,7 quilos. Para fins de ilustração, a população rural da China é de 600 milhões de pessoas. O consumo médio anual de carne bovina dessa população é de 26 quilos. Na cidade, onde o poder de compra é seis vezes maior do que no campo, o consumo é de 50 quilos. A China importa 20% do que consome em matéria de carne bovina e certamente, confirmada essa previsão, as importações podem aumentar, tendo o Brasil como potencial beneficiário.

Faz-se necessário, para fins de informação, abrir um parên-



tese. Pois bem, estaria a China assistindo a esse movimento de aumento de dependência de importações de produtos alimentícios sem providenciar políticas internas de incentivo a esse tipo de indústria? A resposta é não. A transformação da estrutura industrial chinesa nos últimos 30 anos foi acompanhada de uma rápida transformação na estrutura agrícola, sobretudo na produtividade do trabalho. A produção de cereais tem batido recordes anuais desde 2004. De acordo com a Agência Nacional de Estatísticas, em 2011, a China obteve um recorde de 571,21 milhões de toneladas de grãos (digase de passagem, uma produção quase cinco vezes superior à brasileira), um aumento de 4,5% em relação ao ano anterior; movimento este que ocorre concomitantemente à diminuição das terras em condições de plantio, sugerindo que o fator tecnologia, aliado a incentivos à produção, tem produzido resultados satisfatórios. Exemplos ilustrativos estão inseridos na produção de carne bovina e de peixe. Em 1978 a produção de carne bovina foi de 8,56 milhões de toneladas, enquanto em 2008 foi de 72,78. No que concerne a produção de peixe, o salto foi semelhante: em 1978 a produção de carne bovina foi de 4,6 milhões de toneladas,

enquanto em 2008 foi de 48,95¹.

O enfrentamento recente do problema da produção de alimentos na China não se restringe a incentivos e/ou subsídios. Tenho em mente que existe um processo de mecanização e cooperativização da agricultura chinesa em ampla escala. Aliás, a prioridade máxima do governo chinês está na modernização das zonas rurais e a pedra de toque desse processo está na meta de fusão, até 2020, das cerca de 30 mil pequenas cooperativas de crédito rural em sete grandes bancos de desenvolvimento voltados à agricultura. Creio que a chave da compreensão do futuro da Revolução Chinesa está, além dos desafios no campo internacional, muito mais ligada a esse processo de transição de uma agricultura rústica e familiar para outra de nível superior. Em outro momento poderei discorrer melhor sobre esse fenômeno que se relaciona diretamente à unificação econômica do território chinês, num processo semelhante ao ocorrido nos Estados Unidos na segunda metade do século XIX.

Esse processo em andamento na estrutura rural ocorre de forma simétrica ao segundo fator apontado mais acima na construção de infraestruturas novas em matéria de transporte e energia anexa ao processo de urbanização. Há quem acredite que essa massa rural deva se dirigir aos grandes centros urbanos do litoral, constituindo um teratológico exército industrial de reserva amontoado em grandes favelas. Não é verdade, assim como é verdadeiro o fato de a China não possuir favelas. Um dos aspectos da urbanização com características socialistas na China está no fato de o dito exército industrial de reserva estar localizado não na periferia das cidades e sim no

vilarejo rural, onde geralmente o camponês tem seu pedaço de terra concedido pelo Estado. A industrialização é um fenômeno rural na China e esse dado serve de parâmetro para compreender que o avanço da urbanização e a demanda por commodities como ferro e petróleo dão-se nos marcos de formação e construção de 156 novas cidades no interior chinês. É evidente e claro que a capacidade financeira chinesa em alavancar esse ambicioso projeto aprofundará os impactos por todo o mundo, incluindo os preços das commodities. Nesse sentido, é bom informar que o atual Plano Quinquenal prevê a expansão de linhas de metrô em 75 cidades, a criação de 50 milhões de empregos urbanos e a construção de 36 milhões de novas residências.

Caminhando conforme o planejado pela governança chinesa, estará confirmado que a propalada desaceleração não afetará, nos médio e longo prazos, a demanda por commodities. A pergunta que não deve calar é sobre o comportamento do nosso país diante desse quadro. Aprofundaremos e daremos consequência às recentes medidas industrializantes (queda da taxa de juros, desvalorização cambial, algum protecionismo, investimentos em infraestruturas etc.) ou sucumbiremos tanto à tentação do combate à inflação nos primeiros sinais de alta desse índice quanto à demanda asiática por commodities?

* Elias Jabbour é geógrafo e doutor e mestre em Geografia Humana pela FFLCH-USP. É autor de *China Hoje: Projeto Nacional, Desenvolvimento e Socialismo de Mercado* (Anita Garibaldi/EDUEPB, 2012, 456 p.) e *China: Infra-Estruturas e Crescimento Econômico* (Anita Garibaldi, 2006, 256 p.).

¹ Dados extraídos do China Statistical Yearbook, para todos os anos.

A frente política neodesenvolvimentista

■ Armando Boito Jr

Existe uma frente política em prol do crescimento econômico e de uma (moderada) distribuição da renda no Brasil que reúne classes sociais e frações de classe muito heterogêneas. Grande parte da sociedade brasileira quer virar a página da estagnação, da privatária, da desregulamentação e da abertura comercial e financeira ampla, geral e irrestrita que marcaram a economia e o Estado brasileiro no período 1990-2002. Nem todos os integrantes dessa frente têm consciência de que estão inseridos nela. Seus interesses são contraditórios e, muitas vezes, as forças sociais cujas práticas políticas convergem na defesa do crescimento econômico tendem a perceber mais essas contradições que a própria unidade da frente política. Porém, independentemente de o saberem ou não, o fato é que estão, em função de suas ações e independentemente do seu discurso, inseridos nela.

O programa dessa frente é o neodesenvolvimentismo. Uma política de desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro que é mais limitada que o velho desenvolvimentismo do pe-

ríodo 1930-1980. Essa política é o desenvolvimentismo possível para uma economia que não rompeu – e para um governo que não quer romper – com o modelo capitalista neoliberal: crescimento menor que o do velho desenvolvimentismo, menor capacidade de investimento do Estado, importância menor do mercado interno e do desenvolvimento da indústria e menor capacidade de distribuição do patrimônio e da renda. Todas essas desvantagens da política econômica e social atual frente à velha política do pré-1964 decorrem dos limites impostos pelo capitalismo neoliberal: da rolagem da dívida pública que inibe os investimentos produtivos e a implantação de políticas anticíclicas e sociais mais ousadas, do compromisso em manter a abertura comercial que vulnerabiliza o mercado interno, do teto baixo para a melhoria dos salários e das condições de trabalho. Porém, e principalmente quando comparado ao período FHC que o antecedeu, é fato que o neodesenvolvimentismo atende, ainda que de modo muito desigual, a interesses econômicos, políticos e sociais das forças que o apoiam.



A força social que mais ganha com essa frente política é a grande burguesia interna. Essa fração burguesa, ao contrário do que afirmam ou sugerem as análises superficiais da denominada “globalização”, não deixou de existir em países como o Brasil. Ela reúne setores variados do empresariado – indústria de transformação, construção civil, mineração, construção naval, parte do agronegócio e outros – que se unificaram como fração para obter do Estado proteção frente à concorrência que travam com o capital internacional. A grande burguesia interna não pretende romper com o imperialismo, quer a contribuição do capital estrangeiro, mas pretende, também, manter e melhorar a posição que ocupa no capitalismo brasileiro. Os governos Lula e Dilma atenderam a esses reclamos com

a política de financiamento do BNDES, com a preferência para o produto local nas compras feitas pelo Estado e pelas empresas estatais, com a política externa Sul-Sul e, mais recentemente sob o governo Dilma, com medidas protecionistas moderadas, com redução da taxa básica de juro, do custo da energia e outras. Essa grande burguesia interna estava distante do processo decisório nos governos FHC. Desde o primeiro governo Lula, ela obteve inúmeras arenas institucionais onde pode, contando com a disponibilidade e incentivo do governo, vocalizar seus interesses.

Para as classes populares, isto é, para a classe operária, para grande parte da classe média, para o campesinato e para os trabalhadores da massa marginal, o programa neodesenvolvimentista também ofereceu algo. Foi criada uma legislação para recuperação moderada do salário mínimo, o desemprego foi reduzido à metade, as condições da luta sindical melhoraram muito. Desde 2004, presenciamos uma recuperação do movimento sindical brasileiro e a grande maioria dos acordos e convenções têm obtido aumento real de salário. Além de

se beneficiar, tal qual a classe operária, dessa nova situação do emprego e do salário, boa parte da classe média foi beneficiada de outras maneiras. Os funcionários públicos voltaram a ter reajustes e até aumentos reais, após o prolongado período de congelamento da era FHC, os concursos públicos foram reativados e o sistema de universidades federais se expandiu, abrindo mais vagas para os estudantes – inclusive os de baixa renda – e para os docentes recém-formados. O movimento camponês, que o segundo governo FHC escolheu como inimigo principal no campo popular, teve seu direito à reivindicação reconhecido e beneficiou-se da ampliação de crédito para a agricultura familiar e de programas de compra dos seus produtos. Os trabalhadores da massa marginal, agrupados em diversos movimentos sociais, foram contemplados, por exemplo, com o programa habitacional *Minha casa, minha vida* e com programas de transferência de renda como o *Bolsa família* e o *Auxílio de prestação continuada*.

Basta um rápido olhar para verificarmos que todos integrantes da frente neodesenvolvimentista ganham algo. Porém, se bem fizermos as contas, veremos que os ganhos são muito desiguais. A camada camponesa que poderíamos denominar campesinato pobre, isto é, aquela que não possui terra, está

sendo marginalizada da frente política devido à decisão dos governos neodesenvolvimentistas de congelarem as desapropriações de terra. Os programas de transferência de renda para a população trabalhadora são muito tímidos quando comparados com os “programas de transferência de renda” para os rentistas (rolagem da dívida pública) e para os grandes capitalistas (financiamento farto e subsidiado do BNDES). Mas o fato é que a frente existe.

É nos momentos críticos do processo político nacional que podemos constatar mais claramente a sua existência. Nas eleições presidenciais, principalmente nas de 2006 e de 2010, a Fiesp, o PT, grande parte do sindicalismo, o MST e os movimentos de moradia apoiaram explicitamente ou favoreceram as candidaturas Lula e Dilma contra os candidatos tucanos Geraldo Alckmin e José Serra. Na crise do mensalão, em 2005, tanto a maioria das grandes associações de empresários como as organizações populares posicionaram-se em defesa do governo Lula ou mantiveram na crise uma neutralidade que lhe era favorável. Isso é assim porque nenhuma força integrante da frente possui ou julga possuir forças para intervir sozinha de modo eficiente na política nacional. A grande burguesia interna é muito heterogênea, está atravessada de contradições. O setor industrial tem conflito com o capital ban-

cário nacional, distanciando-os a questão da taxa de juro; as empresas polarizadas pelo capital chinês, como a mineração e parte do agronegócio, rivalizam com aquelas mais próximas do capital estadunidense ou europeu, como a indústria de transformação, o que repercute no posicionamento desses setores frente à política externa; as grandes empresas rivalizam com as empresas de médio e pequeno porte, disputando financiamento subsidiado do BNDES. Tal heterogeneidade e tal dependência frente ao capital estrangeiro impediu que essa burguesia fosse capaz de criar um instrumento político próprio para a defesa dos seus interesses. A burguesia interna acabou, então, por assediar, exitosamente, o PT, instrumento político criado pelos trabalhadores, que se converteu no partido do neodesenvolvimentismo. Quanto às classes populares, foram derrotadas no seu projeto de implantar um Estado de bem-estar social no Brasil em 1989 e 1994. Ademais, parte do movimento popular continua dependente do Estado, entretendo com ele uma relação populista que inibe a organização política independente das massas. Todos, burguesia interna e trabalhadores, temem a volta dos governos neoliberais ortodoxos do PSDB, isto é, do partido do capital financeiro internacional e de seus representantes internos que tem como base social de apoio a

alta classe média dos grandes centros urbanos. É por isso que, nas décadas de 2000 e de 2010, o processo político nacional juntou forças burguesas e populares que, nas décadas de 1980 e de 1990, eram inconciliáveis.

Consideramos que o movimento popular ainda necessita manter-se nessa frente política, embora deva participar dela sem integrar o governo, com um programa próprio, tentando capitalizar as vantagens que a frente propicia e calculando os riscos aos quais está se expondo. A frente política está atendendo, até aqui, a parte das reivindicações repressadas do movimento popular. As organizações operárias e populares que romperam com a frente neodesenvolvimentista acabaram se isolando e, muitas vezes, fazendo o jogo da oposição burguesa neoliberal ortodoxa. No momento, essa oposição reacionária, representada no plano partidário pelo PSDB, é a única que pode aspirar ao poder governamental. Se o movimento popular permanecer criticamente na frente e dela participar de forma independente, poderá acumular forças e aspirar, num momento futuro, a reverter a hegemonia da grande burguesia interna e construir um novo campo político.

* Armando Boito Jr. é professor titular de Ciência Política da Unicamp e editor da revista *Crítica Marxista*. Autor do livro *Estado, política e classes sociais*. São Paulo, Editora Unesp, 2007.

Prêmio de Monografia

O JE continua a publicar resumos dos textos vencedores do 22º Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado. O trabalho de conclusão de curso de Camila Siqueira de Souza, graduada pela UFF, foi o segundo colocado no concurso.

Investimento direto brasileiro no exterior: a experiência recente em perspectiva comparada com China e Índia

■ Camila Siqueira de Souza*

Com uma nova configuração do mercado em nível mundial, a internacionalização das empresas tem se apresentado cada vez mais como um processo necessário à permanência destas no mercado. Devido à globalização, muitos parâmetros de algumas décadas atrás se veem completamente alterados, colocando no horizonte dos empreendedores novas possibilidades e, ao mesmo tempo, novos desafios. A superação das principais barreiras comerciais e geográficas, a maior difusão das informações e o avanço da tecnologia permitiram que o âmbito de atuação das empresas deixasse de ser regional e o mercado global se colocasse à frente daquelas que têm competências para nele se inserir. Dessa maneira, os países em desenvolvimento têm sido fonte crescente de importantes investimentos diretos, isto é, países que historicamente caracterizaram-se como receptores de investimentos, recentemente, se tornaram, além de destino, lugar de origem de investimento direto no exterior (IDE). Tais investimentos têm se dirigido não só às economias emergentes como também às desenvolvidas.

No aspecto teórico há grande diversidade de abordagens sob diferentes enfoques acerca da multinacionalização da produção sob a forma de IDE. Podem ser citadas as contribuições da teoria econômica, da teoria comportamental e da teoria das estratégias competitivas.

Ao que se refere à revisão histórica do IDE, é apresentada uma breve retrospectiva a seguir.

No período que vai até o fim do século XIX, as operações internacionais limitavam-se à logística e ao transporte de bens. De 1875 a 1938, as atividades anteriores somaram-

-se à procura de novos mercados, obtenção de recursos e busca por proximidade com fornecedores e clientes. Todavia, o fenômeno da multinacionalização, tal como conhecemos, somente se fortificou após a 2ª Guerra Mundial. Logo no período iniciado em 1945, verificou-se, através dos países desenvolvidos, liderados pelos EUA, uma rápida expansão das operações internacionais. O período a partir da década de 1970 se caracterizou pela chamada globalização, durante o qual o domínio dos EUA deixou de existir, dando lugar à Europa, ao Japão e aos “Novos Países Industrializados”. No caso dos países desenvolvidos, portanto, o IDE apresentou-se como uma alternativa defensiva para proteger o mercado externo da restrição de importações e das rivais.

Focando a observação nos países em desenvolvimento, distinguem-se três “ondas” no desenvolvimento do IDE. A primeira “onda” ocorreu da

década de 1960 a 1980, com forte presença dos latino-americanos, visando à transposição de barreiras comerciais; observa-se forte regionalidade. A segunda “onda” deu-se de meados dos anos 1980 até os anos 1990, quando surgiram as lideranças das asiáticas, visando a novos mercados e setores de tecnologia. Por fim, a terceira “onda” tem se desenvolvido no período recente, de pós-1990 aos dias atuais, com o ressurgimento da América Latina e aparecimento de novos países como Rússia e África do Sul, buscando maior poder de mercado e de recursos. Nesta última fase, os destinos do IDE tornaram-se globais inclusive para os países desenvolvidos.

Visto que para esta pesquisa foram selecionados três países, quais sejam China, Índia e Brasil, vejamos como se deram seus processos de internacionalização.

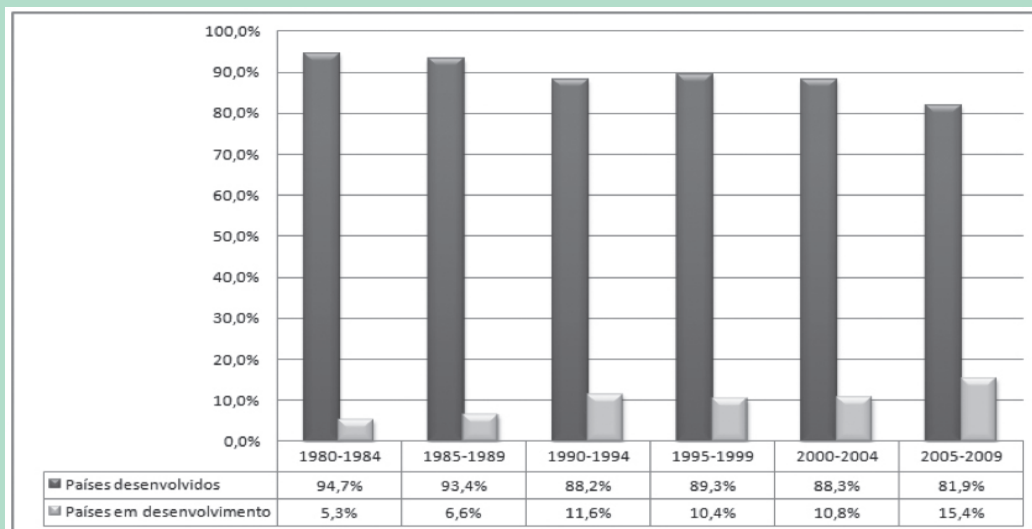
No caso chinês, historicamente, existe uma grande intervenção



do Estado e o processo de internacionalização se desenvolveu em cinco fases, com estágios de liberalização progressivos, cuja intensificação deu-se na terceira “onda” do IDE, especificamente no ano de 2002, com a instituição da política “Go Global”, que trouxe mudanças políticas e institucionais que incentivaram e facilitaram o investimento no exterior.

No caso indiano, também houve

Gráfico 1 - Comparação das Linhas de tendência de saída de IDE - Brasil, China e Índia, 1990-2015 (em milhões de dólares a preços e taxas de câmbio correntes)



Fonte: Elaboração própria, a partir da base de dados da UNCTAD.

forte intervencionismo estatal, com maior grau de liberalização a partir da década 1990. Inicialmente, apresentava tendência a buscar conhecimentos com demais empresas, isto é, investir sob a forma de *joint-ventures*, contudo apresentava boa diversidade nos setores investidos.

Já no caso do Brasil, este participou da primeira onda de IDE, porém o fortaleceu somente a partir do fim da década 1980, pois o processo de abertura econômica, de desregulamentação e privatizações na década de 1990 representaram um marco para o IDE. Quanto à intervenção, observa-se atualmente uma posição passiva do governo quanto às medidas de incentivo ao IDE.

Durante a pesquisa, evidências empíricas foram analisadas permitindo as verificações apresentadas a seguir.

O ambiente internacional de IDE se alterou no período 1980-2009, como demonstra o gráfico 1. Pode-se perceber claramente o aumento da participação do fluxo de IDE originado nos países em desenvolvimento no total mundial, frente aos países desenvolvidos.

No que se refere aos três países selecionados, foram identificadas características comuns e distintas entre eles. As comuns seriam:

- internacionalização após processo de liberalização econômico-financeira e comercial;
- exploração do mercado interno, inicialmente aprofundando vantagens competitivas, para posteriormente se globalizar;
- acesso privilegiado a mercados, recursos e mão de obra barata, que constituem fonte de vantagem competitiva; e
- alto índice de empresas controladas por famílias, pequeno grupo privado ou governo, o que impulsiona tais empresas à internacionalização.

E as características específicas e distintas seriam:

CHINA

- Possui vantagens relacionadas aos processos produtivos, que têm justificado não apenas o elevado poder competitivo das empresas chinesas, como também o crescente papel da China como maior base produtiva do mundo;
- Forma de realização de IDE mais utilizada: *greenfield* e *joint-ventures*; e
- Principais destinos do IDE: Oriente médio e a Ásia.

ÍNDIA

- Vantagens competitivas associadas às novas tecnologias de processo, no-

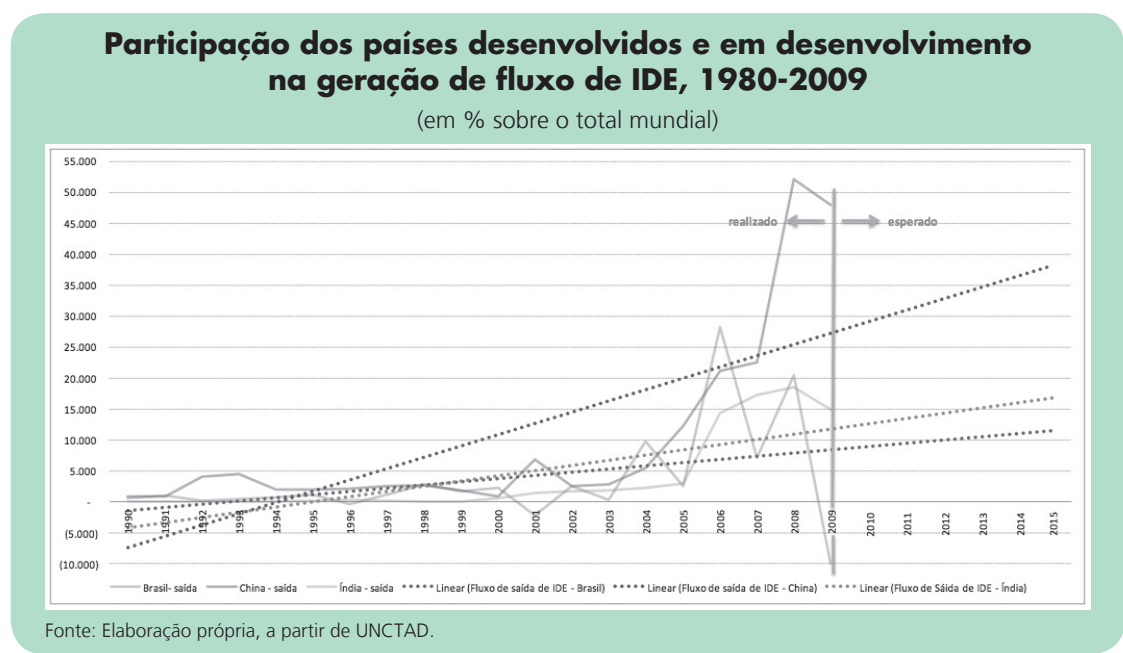


Tabela 1

	Brasil	China	Índia
Principais setores que realizam IDE	Primário e Terciário	Primário e Terciário	Secundário e Terciário
Exemplos de atividades	petrolífera, mineração e metalurgia / serv. financeiros	petrolífera e mineração / serv. financeiros	farmacêutica e eletrônicos / software e TI
Principal tipo de IDE	busca por recursos e ativos estratégicos	busca por recursos	busca por mercados
Justificativa	Características naturais e a estrutura produtiva e tecnológica do país	Preocupação com a sustentação de elevadas taxas de crescimento no longo prazo	Desenvolvimento de capacidades nestes setores

vos produtos e *expertise* empresarial, através das quais vem se consolidando como grande fornecedora de serviços, sobretudo de TI e software;

- Forma de realização de IDE mais utilizada: Fusões e Aquisições e *greenfield*; e
- Principais destinos do IDE: países desenvolvidos, principalmente EUA, Reino Unido e Holanda.

BRASIL

- Maior maturidade e maior peso frente ao IDE da China e da Índia (exceto a partir de 2009);
- Processo de internacionalização baseado na consolidação e maturação das estratégias de internacionalização de grandes empresas do país;
- Forma de realização de IDE mais utilizada: Fusões e Aquisições; e
- Principais destinos do IDE: América Latina e alguns países da Europa.

A comparação entre os três países é complementada pela tabela 1.

Ainda com base nos dados coletados, foi possível verificar que os três países selecionados têm apresentado tendência de crescimento no longo prazo quanto à realização de IDE, entretanto, caso tais tendências sejam mantidas, a projeção é de que os fluxos

de IDE originados na China e na Índia sejam maiores do que os do Brasil, conforme demonstra o gráfico 2.

Por fim, a pesquisa permitiu algumas importantes conclusões e verificações.

Quanto à aplicabilidade das teorias, as clássicas têm maior poder explicativo para a dinâmica do IDE dos países desenvolvidos. Já para os países em desenvolvimento – incluem-se Brasil, China e Índia –, não é possível delimitar uma teoria geral. Entretanto algumas propostas são válidas:

- Proposta de Dunning, segundo a qual as teorias são complementares, de forma que coexistem fatores diversos que influenciam na tomada de decisão das empresas com respeito a realizar IDE;
- Proposta de Bartlett e Ghoshal, de aumento da competição entre empresas como fruto da globalização, exigindo desenvolvimento e aprimoramento de competências e estratégias; e
- Proposta de Johanson e Vahlne, visto que a orientação do IDE dos três países selecionados seguiu o conceito da “distância psíquica”, destinando-se a mercados “próximos”.

Verificou-se, ainda, a importância da participação ativa do governo

dos três países no processo de internacionalização, visto que as reformas econômico-financeiras, comerciais e institucionais e medidas de incentivo implementadas surtiram efeitos positivos nos três países selecionados.

Além disso, estes, apesar de apresentarem características comuns, apresentam particularidades que se refletem em estratégias distintas de IDE em cada país, em especial no tocante às formas de entrada, setores envolvidos e amparo legal.

Por fim, enfatizar que, embora com bom desempenho nos últimos anos e expectativa de crescimento para os próximos, as empresas dos três países ainda se encontram em um estágio bastante incipiente de internacionalização, o que sugere que elas deverão passar por maior amadurecimento e experiência acumulada para que possam, de fato, merecer e consolidar a posição de verdadeiras empresas multinacionais.

* Camila Siqueira de Souza é bacharel em Ciências Econômicas pela UFF. cursou parte de sua graduação na Universidade Técnica de Lisboa, através do Programa de Mobilidade Acadêmica entre as duas Universidades.

Zumbi e Porto Maravilha: passado, presente e futuro

*“Não basta que seja pura a nossa causa.
É necessário que a pureza e a justiça existam dentro de nós.
Dos que vieram e conosco se aliaram muitos traziam sombras
no olhar e intenções estranhas.
Para alguns deles a razão da luta era só ódio: um ódio antigo
centrado e surdo como uma lança.
Para alguns outros era uma bolsa vazia (queriam enchê-la)
queriam enchê-la com coisas sujas inconfessáveis.
Outros viemos.
Lutar para nós é ver aquilo que o povo quer realizado.
É ter a terra onde nascemos.
É sermos livres para trabalhar.
É ter para nós o que criamos.
Lutar para nós é um destino.
É uma ponte entre a descrença e a certeza de um mundo novo.
Na mesma barca nos encontramos. Todos concordam, vamos lutar
Lutar para quê? Para dar vazão ao ódio antigo?
Ou para ganharmos a liberdade e ter para nós o que criamos?
Na mesma barca nos encontramos, quem há de ser o timoneiro?
Ah! As tramas que eles tecem. Ah! As lutas que aí travamos!
Mantivemo-nos firmes: no povo buscamos a força e a razão.
Inexoravelmente como uma onda que ninguém
trava vencemos o povo tomou a direção da barca.
Mas a lição foi aprendida:
Não basta que seja pura e justa a nossa causa.
É necessário que a pureza e a justiça existam dentro de nós.”*

- Agostinho Neto, ex-presidente de Angola

Conselho Municipal de Defesa e Direito dos Negros (Comdedine) e o Fórum Popular do Orçamento, motivados pelo Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, promoveram o debate título desta matéria.

No fim do século XVIII o Cais do Valongo e o da Imperatriz foram utilizados para o desembarque de milhares de africanos. Hoje, com a revitalização da área portuária, há uma série de questionamentos sociais, históricos e culturais, do tipo: será possível dizer que a preservação histórica da região portuária tem futuro dentro do projeto Porto Maravilha? Os atuais moradores, alguns de famílias antigas na região, terão assegurados a sua moradia? A história viva será respeitada?

O debate, mediado pela professora Dulce Vasconcellos, presidenta do Comdedine, contou com as participações do professor Joel Rufino, historiador e escritor; de Giovanni Harvey, diretor executivo da

Incubadora Afro-Brasileira e conselheiro benemérito e consultor de Políticas Públicas do Comdedine; e de Helio dos Santos, conselheiro coordenador da Câmara de Formação Política do Comdedine.

Os dados orçamentários relacionados às políticas públicas voltadas para a população negra e referentes ao Porto Maravilha, assim como o resumo do debate serão expostos a seguir¹.

Políticas Públicas para a População Negra

Duas entidades que atuam nas políticas de promoção de defesa dos direitos do negro: Comdedine e Cecipir. A primeira é uma organização de consulta e interação da comunidade com a prefeitura carioca e tem como objetivo desenvolver uma política de combate ao racismo, bem como assessorar e coordenar projetos, campanhas e propostas do interesse da população negra.

A ação “Atividades do Comdedine” apresenta, nos exercícios de 2008 até 2011, baixa liquidação, relação entre a dotação prevista e a realizada, mas em 2012 (até outubro) foi revelado um significativo crescimento (vide Gráfico 1). Já para 2013, o previsto é semelhante ao de 2012, no valor de R\$ 10 mil.

Cabe esclarecer que os dados orçamentários do Comdedine não refletem de fato a sua atuação, pois muitas de suas atividades estão contabilizadas em outros programas. Infelizmente, por razões inconfessáveis a prefeitura não trata esse órgão da sociedade, público e autônomo, no provimento de seus recursos de direito de forma transparente e regular.

Já a Cecipir (Coordenadoria Es-

pecial de Promoção da Igualdade Racial) é um órgão governamental cuja missão é promover e apoiar iniciativas voltadas para a educação das desigualdades raciais. Está presente no orçamento a partir de 2011 e, desde então, não apresenta realização, ou seja, não há valor liquidado, apesar de constar uma dotação em torno dos R\$10 mil.

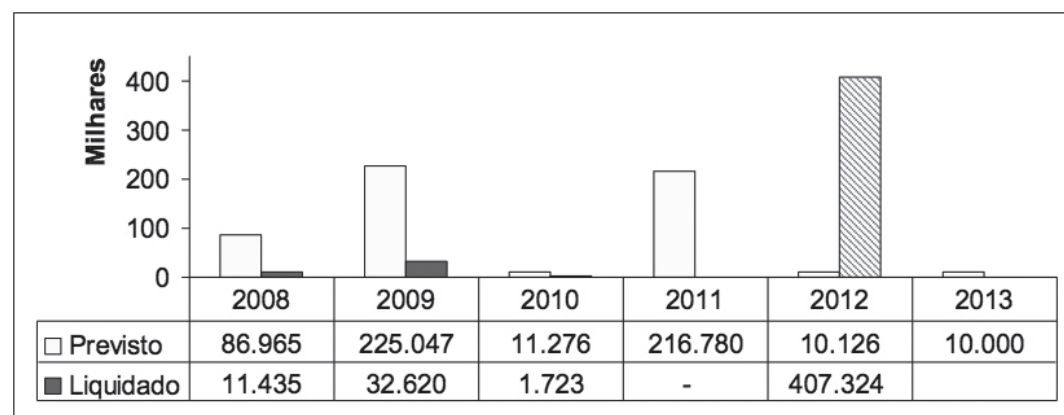
Anemia falciforme

Sendo uma doença de grande incidência na população negra, monitora-se o seu trato público através da ação “Políticas e ações estratégicas de promoção à saúde”, porém não exclusivamente voltada para a doença em foco. Em 2012 já foram gastos R\$ 8 milhões e a previsão para 2013 é pouco mais de R\$ 10 milhões. Parte desses recursos pode ser destinada à realização de 15 eventos de equidade em saúde da população negra.

Porto Maravilha

Entre 2010 e 2013 foram encontradas sete ações afins que foram divididas em dois blocos: Urbanismo e Infraestrutura; e Cultura e Turismo. Os dados da Tabela 1 são da execução orçamentária.

Gráfico 1 - Atividades do Comdedine



Obs: Em 2012 valores liquidados até o mês de outubro. Fonte: Fincon (Out/2012) e PLOA (2013)

Tabela 1 - Porto Maravilha

BLOCOS	AÇÃO	2010		2011		2012*		2013
		Previsto	Liquidado	Previsto	Liquidado	Previsto	Liquidado	Previsto
URBANISMO E INFRAESTRUTURA	Administração Revitalização Cais	-	-	1.057	298.707	1.013	412.463	1.000
	Revitalização Área Portuária	39.160.204	93.724.520	93.390.935	52.969.084	24.821.714	52.604.047	1.000
	CDURP	1.128	7.109.095	6.582.279	24.691.743	1.013	73.790.865	6.214.600
	Revitalização do Cais	169.146	31.164.179	-	-	1.853.089	132.520	1.853.089
CULTURA E TURISMO	Pinacoteca	-	-	14.954.789	9.657.589	1.013	-	2.958.255
	Museu do Amanhã	-	-	74.022.355	16.969.152	-	-	-
	PREDETUR	-	-	365.971	83.697	-	-	1.000

*Em 2012 valores liquidados até o mês de outubro. Fonte: Fincon (Out/2012) e PLOA (2013)

A Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP) é a gestora da prefeitura na operação urbana consorciada Porto Maravilha (conjunto de intervenções coordenadas pela prefeitura com a participação da iniciativa privada)² e, também, a única responsável pela preservação da história do negro na região, que inclui os cuidados com: o Centro Cultural José Bonifácio, o Cemitério dos Pretos Novos, o Jardim do Valongo, o Cais do Valongo/Imperatriz, o Largo do Depósito e a região Pedra do Sal.

A CDURP, ao longo dos anos de 2010 a 2012, teve gastos superiores a R\$ 105 milhões, sendo que, em 2012, concentra 70% do total gasto. Com relação às demais ações, nenhuma delas tem como objetivo a preservação do patrimônio de herança africana e é possível notar grandes discrepâncias entre o previsto e o liquidado. Nas ações da CDURP e da Administração da Revitalização do Porto, o realizado chega a ser dez vezes maior do que a dotação inicial; enquanto outras ações, como a Revitalização da Área Portuária, a Pinacoteca e o Museu do Amanhã, possuem o valor previsto bem maior do que o executado. Dadas essas diferenças cabe questionar: há planejamento?

Por fim, a linha de ação do programa porto cultural prevê, entre outras propostas, a preservação, valorização e produção do conhecimento sobre a memória e as manifestações culturais da região. Entretanto, tal expectativa fica à mercê do setor privado, já que a verba pública é entregue a consórcios que, por sua vez, são responsáveis pela realização das atividades culturais e não culturais; por exemplo, a CDURP, ao mesmo tempo em que cuida da promoção da história africana na região, também é responsável por parte da obra de revitalização da área portuária. Como a verba é destinada a todas as atividades, não é possível saber, de fato, quanto está sendo destinado à manutenção do patrimônio histórico negro.

Debate

Helio dos Santos fez um resumo histórico das datas relevantes do movimento negro e da criação do Comdedine, além da parceria com o FPO.

Joel Rufino traçou uma comparação entre o Porto Maravilha e a Serra da Barriga, região da República Livre dos Palmares, o maior e mais forte quilombo (em 2007, foi construído o Parque Memorial Quilombo dos Palmares). Esse é, reconhecidamente, um ca-

so de sucesso na conservação da história do negro. Alerta, ainda, que essa conquista – não só na região mas em todos os locais em que houve a preservação histórica – aconteceu devido à atuação do movimento negro.

Embora já tenha ocorrido mudança no caráter da revitalização, graças às lideranças negras cariocas, a expectativa para o Porto Maravilha é no nível da preservação da Serra da Barriga. “A história não se faz com documento escrito, papel; a história se faz através do movimento, do patrimônio, da língua que a gente fala”, concluiu.

Dulce Vasconcellos concorda com essa linha de raciocínio e alerta para a oportunidade que a revitalização da área portuária proporciona ao movimento negro na busca pela unidade e defesa da história africana no Rio de Janeiro.

Já Giovanni Harvey tomou como pauta alguns aspectos presentes na execução orçamentária que vão além do que é documentado e propôs a seguinte reflexão: historicamente, os orçamentos dos órgãos de ações afirmativas, como o Comdedine e a Cepir, são pífios, mas a maior necessidade, segundo ressaltou, está na transversalidade da política pública – o combate ao racismo –, algo não repre-

sentável por dotações de órgãos.

Por outro lado, as políticas afirmativas são feitas pensando nas minorias, como no caso dos negros dos EUA. Porém, como no Brasil é a população branca que é a minoria, a defesa da *racialização* das políticas públicas universais é o caminho para a melhoria das condições sociais da população negra.

Sobre o Porto Maravilha, considerou como conquista a atuação do Comdedine, que conseguiu mudar o projeto e pautar a preservação da memória negra, dado que o processo de urbanização é irreversível na região portuária.

Considerações finais

Há ainda muitas dúvidas acerca da preservação histórica africana na região portuária. O debate deixou claro que não só a preservação cultural, como também a própria continuidade da presença dos atuais moradores, depende da capacidade de articulação do movimento social em combinar desenvolvimento econômico com manutenção da identidade sociocultural.

¹ Todos os valores monetários desse artigo foram corrigidos pelo IPCA de agosto/2012

² O consórcio Porto Novo é composto pelas empreiteiras Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia.

As matérias aqui publicadas são de responsabilidade do Fórum Popular do Orçamento RJ através da equipe de apoio do Corecon-RJ e de colaboradores. Nesta edição colaboraram: Joel Rufino, Dulce Vasconcellos, Helio dos Santos e Giovanni Harvey.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO – RJ – Coordenação: Cons. Renato Elman, Cons. Eduardo Kaplan, Econ. Ruth Espinola Soriano de Mello e Econ. Luiz Mario Behnken. Assistentes: Est. Maria Eduarda Lopes e Est. Pâmela Matos. fporiodejaneiro@gmail.com 2103-0121 e 2103-0120

Economistas fluminenses elegem novos conselheiros e delegados

■ Os economistas do Estado do Rio de Janeiro elegeram no último dia 29 de outubro os conselheiros do Terceiro Terço do Plenário do Corecon-RJ e os delegados que representarão a categoria na eleição no Conselho Federal de Economia (Cofecon). Os eleitos foram os candidatos da chapa Novos Desafios, única inscrita no processo eleitoral. No mesmo dia, foi realizada também a consulta para indicação da presidência.

Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares e Sidney Pascoutto da Rocha ocuparão os cargos de conselheiros efetivos. Os suplentes, por sua vez, serão Cesar Homero Fernandes Lopes, José Ricardo de Moraes Lopes e Sérgio Carvalho Cunha da Motta. Os novos conselheiros terão mandato de 2013 a 2015.

José Antonio Lutterbach Soares e Sidney Pascoutto da Rocha foram eleitos, respectivamente, como delegados-eleitores efetivo e suplente.

No mesmo pleito, realizou-se a consulta para indicação do presidente e do vice-presidente do Corecon-RJ. Os nomes indicados foram os de Sidney Pascoutto da Rocha, para a presidência, e Edson Peterli Guimarães, para a vice-presidência. A homologação do resultado acontecerá na primeira reunião plenária de 2013. Os dois cargos têm mandato de um ano, e os ocupantes podem ser reeleitos para um segundo termo.

Corecon-RJ e Unimed-Rio.

Os benefícios do melhor plano de saúde do país ao seu alcance.

A Qualicorp Soluções em Saúde em parceria com a Unimed Rio, traz para milhares de Economistas do Rio de Janeiro, a oportunidade de contar com a proteção do melhor plano de saúde do país, com ampla rede credenciada e coberturas adicionais. Mais segurança e proteção para você e seus familiares. Confira as condições especiais e não perca esta oportunidade.

Consulte-nos e aproveite.

Solicite nosso representante autorizado de Segunda a Sexta, de 9h às 18h. Ligue e veja o quanto vale a pena!

21 3232-0600

destak@destakcorretora.com.br



Contrato de plano de assistência à saúde coletivo por adesão, celebrado entre a Qualicorp Administradora de Benefícios e a Unimed-Rio - Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro Ltda., em conformidade com o Conselho Regional de Economistas-RJ. Este impresso contém informações resumidas. Ressalta-se que o benefício referido origina-se de um contrato coletivo. A adesão está condicionada ao cumprimento integral das condições específicas do contrato e de sua política de comercialização. Condições contratuais disponíveis para análise, podendo ser solicitadas pelo telefone (21) 3232-0600 ou agendando-se a visita de um corretor.

BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (EM R\$)

REFERÊNCIAS	JUL A SET/11	JUL A SET/112	REFERÊNCIAS	JUL A SET/11	JUL A SET/112
ATIVO FINANCEIRO	5,201,880.64	5,958,560.49	PASSIVO FINANCEIRO	92,938.93	72,428.48
DISPONÍVEL	56,055.05	54,481.92	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	31,496.62	
DISPONÍVEL VINCULADO A C/C BANCARIA	5,077,619.16	5,854,394.77	CONSIGNAÇÕES	7,282.21	7,555.26
REALIZÁVEL	30,805.89	12,130.00	CREDORES DA ENTIDADE	2,610.96	16,441.54
RESULTADO PENDENTE	37,400.54	37,553.80	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	51,549.14	48,431.68
ATIVO PERMANENTE	15,469,930.82	18,173,183.65	RESULTADO PENDENTE	-	96,432.20
BENS PATRIMONIAIS	1,529,113.20	1,564,500.41	DESPESAS DE PESSOAL A PAGAR	-	96,432.20
VALORES	1,117.64	22,981.45			
CRÉDITOS	13,939,699.98	16,585,701.79	PATRIMÔNIO(ATIVO REAL LÍQUIDO)	20,578,872.53	23,962,883.46
TOTAL GERAL	20,671,811.46	24,131,744.14	TOTAL GERAL	20,671,811.46	24,131,744.14
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS					
REFERÊNCIAS	PERÍODOS EM REAIS		REFERÊNCIAS	VARIÁÇÕES	
	JUL A SET/11	JUL A SET/112		(EM R\$)	(EM %)
RECEITAS CORRENTES			RECEITAS		
ANUIDADES	248,628.43	139,539.85	ANUIDADES	(109,088.58)	-43.9
PATRIMONIAL	105,052.71	95,501.65	PATRIMONIAL	(9,551.06)	-9.1
SERVIÇOS	15,920.31	13,521.40	SERVIÇOS	(2,398.91)	-15.1
MULTAS E JUROS DE MORA	3,653.09	-	MULTAS E JUROS DE MORA	(3,653.09)	-
DÍVIDA ATIVA	219,667.08	144,757.43	DÍVIDA ATIVA	(74,909.65)	-34.1
DIVERSAS	70,576.17	49,463.59	DIVERSAS	(21,112.58)	-29.9
RECEITAS DE CAPITAL	-	-		-	-
TOTAL GERAL	663,497.79	442,783.92	TOTAL GERAL	(220,713.87)	-33.3
DESPESAS			DESPESAS		
DE CUSTEIO	849,691.55	779,940.43	DE CUSTEIO	(69,751.12)	-8.2
PESSOAL	428,408.61	427,916.70	PESSOAL	(491.91)	-0.1
MATERIAL DE CONSUMO	8,285.66	15,602.74	MATERIAL DE CONSUMO	7,317.08	88.3
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	412,997.28	336,420.99	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	(76,576.29)	-18.5
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	107,545.10	70,596.36	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	(36,948.74)	-34.4
DESPESAS DE CAPITAL	9,440.83	17,130.55	DESPESAS DE CAPITAL	7,689.72	81.5
TOTAL GERAL	966,677.48	867,667.34	TOTAL GERAL	(99,010.14)	-10.2
RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	(303,179.69)	(424,883.42)	RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	(121,703.73)	40.1